



GT 31. Economias indígenas e quilombolas e as trocas generalizadas

Coordenador(es):

Amanda Cristina Danaga (UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Lígia Rodrigues de Almeida (FUNAI)

Sessão 1

Debatedor/a: Flávio Rodrigo Freire Ferreira (IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte)

A proposta do GT é criar um fórum de interlocuções com pesquisadores que investigam as diversas formas de organizações econômicas de populações indígenas e quilombolas, operacionalizadas para garantir a sobrevivência física e cultural dentro de um Estado capitalista. Com a expansão colonial europeia na América e especificamente no Brasil, indígenas e, posteriormente comunidades quilombolas, sofreram com as intervenções advindas dos avanços da economia capitalista de mercado de maneiras bem diversificadas. Na região amazônica, por exemplo, durante o século XVIII, o regime de regatão prevaleceu e, no século XIX até os dias atuais, o sistema de aviamento tornou-se operante. Esses dois formatos de relações econômicas foram os propulsores dos intercâmbios comerciais entre indígenas e não indígenas em boa parte das terras baixas da América, estabelecendo uma relação assimétrica entre patrões-fregueses, posseiros e meeiros. No nordeste brasileiro e outras regiões da América, o ajuri (mutirões comunitários), a mita, o meeiro, as trocas recíprocas e generalizadas vinculadas às práticas "tradicionais" de produção, modalidades econômicas manejadas por indígenas e quilombolas que fomentam o sustento necessário para a sobrevivência. No contexto de inserção em diversos formatos econômicos e de trocas generalizadas, o GT visa dialogar e refletir sobre as situações econômicas e as peculiaridades aludidas por indígenas e quilombolas e suas intersecções com os Estados e a economia capitalista.

Estratégias de legitimação do "problema mundial das drogas"

Autoria: Dayana Rosa Duarte Morais (Abrasco), Martinho Braga Batista e Silva

O início do século XX foi marcado pelo começo do debate sobre drogas. A partir de sua publicização enquanto questão que deveria extrapolar a vida privada, as drogas passaram a ocupar o drama público (GUSFIELD, 1984; BOURDIEU, 2014) mobilizando países em torno de um "problema mundial das drogas?". Expressão da continuidade desse processo é o fato da Organização das Nações Unidas (ONU) ser a responsável por categorizar substâncias enquanto sua legalidade, o que faz desse organismo multilateral um centro ideal do campo das drogas. Então, sob o argumento de proteção à saúde e bem-estar, a ONU sugere a proibição de determinadas substâncias: trata-se do chamado consenso de Viena, materializado na Convenção Única de Entorpecentes de 1961. Neste criado Sistema Internacional de Controle de Drogas (SICD), a Redução de Danos representa a racionalidade do campo da saúde responsável por, em 2009, quebrar este consenso (BEWLEY-TAYLOR; JELSMAN, 2013), contrapondo o proibicionismo. Dessa forma, nosso objetivo na presente pesquisa é compreender quais são as estratégias de legitimação no Sistema Internacional de Controle de Drogas (SICD). Para tanto, foi realizada uma etnografia de eventos e de documentos, que contaram com entrevistas semi-estruturadas com pessoas envolvidas no "problema mundial das drogas?", com a realização de observação participante da 62ª Sessão de Drogas Narcóticas da ONU (2019) e da adoção enquanto artefato da resolução brasileira apresentada e aprovada no evento. Tratava-se de uma ocasião em que foi avaliada a última década de política de drogas no mundo, e planejavam-se os próximos 10 anos. É também



um momento em que a comunidade internacional debate os esforços para a inclusão das políticas sobre drogas no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, quando o consenso que até então existia em torno do 'problema mundial das drogas' mostra sinais concretos de ruptura com a até então hegemonia mundial do proibicionismo.

[Trabalho completo](#)



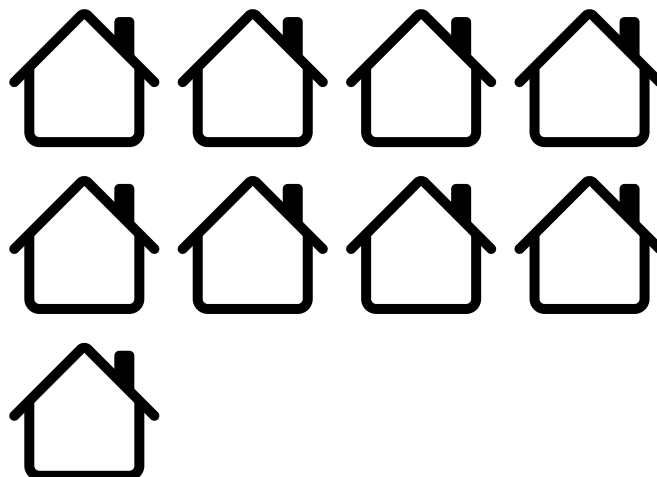
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: